Língua em discurso: uma releitura de Saussure

Luiz Martins Monteiro de Barros - UFF
Terezinha Bittencourt – ABF e UFF

No largo campo dos estudos lingüísticos contemporâneos, a dicotomia *langue* (língua) e *parole* (fala/discurso), estabelecida por Saussure, permanece como lastro ou referencial obrigatório de diversos enfoques teóricos e de múltiplas abordagens analítico-descritivas. Aceita por alguns pesquisadores sem maiores restrições e submetida por outros a críticas nem sempre justas ou apropriadamente justificadas, de muitos escapam o real alcance e as reais inadequações de tal divisão. Daí a oportuna e crescente opinião de que se faz necessário um *retour* a Saussure¹ com a finalidade de melhor compreender e mais bem avaliar as implicações e conseqüências do seu pensamento sobre o heteróclito fenômeno da linguagem.

Por influência do enunciado *la linguistique a pour unique et véritable objet la langue envisagée en elle-même et pour elle-même*, que serve de arremate ao *Cours de linguistique générale*, autores diversos, entre os quais V. Schott-Bourget (1994: p. 8-9), implícita ou explicitamente admitem que Saussure assumiu um ponto de vista reducionista em relação à linguagem, relegando paradoxalmente ao esquecimento o que ele mesmo denomina *linguistique de la parole*. Tal suposição é típico resultado de uma leitura superficial ou parcial dos textos que espelham as reflexões saussurianas. Uma simples consulta a obra de Godel (1957: p.181) deixaria claro que o referido enunciado é apócrifo, mero fruto de equivocado esforço hermenêutico dos próprios editores do *Cours*. Na esteira de uma longa tradição, Saussure viu *le langage* não apenas na sua dimensão representativa (domínio da *langue*, lugar das inter-relações dos significantes e significados), mas também na sua dimensão comunicativa (domínio da *parole*, espaço da *signification* e *phonation* ou do *sens* e *phonies*). Hoje se sabe, inclusive, que estava na intenção de Saussure ministrar um curso sobre a *linguistique de la parole*. Também se tornaram bem conhecidas, desde os trabalhos de Starobinski, as incursões de Saussure nos labirintos do discurso com intuito de encontrar o recôndito anagramático, a palavra-tema, o histórico sob o lendário, o princípio de similitude, retomado na formulação jakobsoniana do poético como projeção do eixo paradigmático na contigüidade do texto. Por conseguinte, não se pode acusá-lo de ter desconsiderado ou menosprezado uma parcela do real

lingüístico; o que se pode é questionar a pertinência das idéias que servem de base ao desdobramento em *langue* e *parole* da totalidade semiológica correspondente a *le langage*.

Percorrendo as páginas do *Cours*², verifica-se que o binômio *langue/parole* encontra respaldo em três principais oposições:

- a) social x individual;
- b) saber falar (potencialidade psíquica,) x ação de falar e seu produto (atualização psico-física);
- c) sistema de valores puros ou abstratos (forma) x materialização ou manifestação concreta dos valores (substância);

A primeira dessas três oposições está arraigada, como bem assinalaram Doroszewski (1933: p. 82-91) e Coseriu (1973: p. 32), nas idéias de Durkheim sobre o *fait social*; as outras duas se vinculam, ainda que de maneira distorcida, às dualidades potência/ato e forma/matéria, consagradas pela filosofia antiga e medieval, de cunho aristotélico.

A distinção entre social e individual ocupa em relação aos outros princípios distintivos posição de precedência e dominância. Com efeito, Saussure afirma que a língua é ainda *une chose irréal*e enquanto mero saber do indivíduo, pois é preciso *une masse parlante* para que de fato ela exista (CLG: p. 112). Por outro lado, o valor lingüístico, ainda que seja decorrente do própria estrutura do sistema (posto que corresponde a um ponto de intersecção numa rede de oposições), só adquire existência efetiva pela ratificação social: *La collectivité est nécessaire pour établir des valeurs dont l'unique raison d'être est dans l'usage et le consentement général; l'individu à lui seul est incapable d'en fixer aucune* (CLG: p.157).

É evidente, portanto, que a idéia de *langue*, como saber ou como sistema de valores, está subordinada à noção de *langue* como entidade social. Deve-se observar, contudo, que Saussure, na esteira de Durkheim (1960: p. 2-12), concebe o fato social como algo independente do indivíduo; este, por sua vez, é visto como um ser passivo diante do fato social, que lhe é inevitavelmente imposto. Assim, a língua, por ser social, é *extérieure à l'individu* e corresponde a simples *produit que l'individu enregistre passivement*, o discurso, por ser individual, não tem *rien de collectif* (CLG: p.30-31 e 38). Meillet, notável discípulo de Saussure, explicitamente admite o sociologismo durkheimiano na caracterização da língua: *les caractères d'exteriorité à l'individu et de coercition par lequel Durkheim définit le fait social apparaissent donc dans le langage* (1926: p. 220).

Submetida ao exame da consciência crítica, a visão sociológica que Saussure e seus seguidores ortodoxos têm da *langue* se revela empiricamente inadequada e teoricamente inconseqüente. Na realidade empírica só existem indivíduos, cujas interações relevantes e recorrentes, partilhadas no espaço e no tempo, é que de fato instituem o social. No plano teórico, não há meio consis-

tente de explicar como a *langue*, entidade em que o social se identifica com o não-individual, pode com justeza manifestar-se na *parole*, entidade concebida como puramente individual, coisa desprovida de qualquer traço coletivo. Na verdade, o social não é o que está fora ou acima dos indivíduos; é o que entre eles existe de comum, o que se afigura como interindividual ou intersubjetivo. Portanto, a língua é social por constituir *habitus* comum a vários indivíduos, que coexistem em dado momento ou que se interligam pela tradição ao longo da linha temporal. Trata-se, assim, de algo próprio de um sujeito, sem deixar, igualmente, de ser propriedade de outros sujeitos. Conforme argumenta Coseriu (1967: p. 36), a língua pertence tanto ao indivíduo quanto à sua comunidade, e em cada indivíduo se apresenta sempre como alteridade, como algo que também pertence a outros membros do grupo.

O que se expôs acima permite dizer que a língua transcende o indivíduo, mas não é independente dele, pois na dimensão do real as características intersubjetivas e as características meramente subjetivas se encontram associadas de modo inconsútil e inextrincável. A rigor, apenas como abstração é que a língua pode aparecer independente da fala e dos que a falam. Por isso mesmo, a idéia de que a fala é absolutamente individual constitui, conforme expressão de Bakhtin (1979: p. 87), o *proton pseudos de Saussure*. Acrescente-se que a identificação do social com o interindividual torna possível afirmar que a língua não é algo *exterior* que se impõe ao indivíduo; é, ao contrário, um bem comum que se coloca à disposição do sujeito pensante e que é por ele voluntariamente aceito como forma apropriada de realizar a sua incoercível tendência de se manifestar, de sair de si mesmo em busca de outras consciências individuais.

Por sua finalidade comunicativa e sua natureza interativa, o falar concreto, lugar de real existência da língua, instaura variadas relações entre os falantes/ouvintes, que, como tais, sempre atuam como sujeitos histórico-sociais, e não apenas como sujeitos criativos. Daí ser possível dizer, repetindo Bakhtin (1979: p. 109 e 127), que o ato de fala individual, no sentido estrito do termo, é *uma contradictio in adjecto*. Não se deve, porém, cair no exagero de enlevar inteiramente o indivíduo na teia sociológica da ideologia e, por consequência, ver a ação de falar e seu produto como uma *estrutura puramente social* (Bakhtin, 1979:p. 127). Isto implicaria destituir de relevância qualquer traço da diferença entre língua e discurso ou mesmo eliminar o *fundamentum* de tal divisão. O ato de fala pode ser considerado *individual* sob duas perspectivas bem distintas: de um ângulo, como objeto concreto e singular, fenômeno único e semelfactivo. De outro, como operação em dado ponto do tempo e do espaço de um só indivíduo (o falar, na sua essência, não é uma atividade coral), que se constitui na própria ação comunicativa como um *eu* consciente da existência de um *tu* (alocutário) e de um *ele* (realidade, referente), sem com ambos se fundir ou se confundir em um *nós* que indiferencia, mitifica ou socializa. Tem-se, neste caso, um agente numericamente *um* (sujeito empírico, singularizado), que por suas

características psicossomáticas in-comunicáveis desponta e se identifica no mundo como esta e não aquela criatura. Este sujeito, assim identificado, apropria-se pela razão e vontade da *natura*, transformando-a em cultura; apreende e recorta a *res extensa* de variadas e variáveis formas; eleva-se de criatura a criador (sujeito criativo) e, nesta condição, libera-se do que na sociedade se impõe como fato e supera o que nela se põe como feito, presentificando-se a cada instante como um agente capaz de realizar o que ainda nenhum outro fez.

A imersão e dispersão do indivíduo no cadinho sócio-ideológico é fonte do pressuposto de que o sujeito *não fala, mas é falado por um discurso*, é *coagido a dizer o que o seu grupo diz* (Fiorin, 1988: p. 42-4), de sorte que apenas vive a ilusão de ser a origem do seu ato discursivo (Pêcheux, 1988:p. 173). Tal viés de reflexão faz de todo falante um simples reduplicador do dizer alheio, como o oráculo de Delfos, que emprestava o corpo e o gesto verbal para a manifestação da palavra de Apolo. Implica, além disso, uma *regressio ad infinitum* ou, melhor, um olhar para trás que só esbarra no inaugurante silêncio do Caos, no primordial *fiat* cosmogônico ou na originalidade do primeiro balbucio adâmico. É inegável que no espaço sonoro de uma enunciação sempre ressoam vozes de outros dizeres. Apagar, todavia, a voz do próprio falante, transformando-o em mero intermediário encarregado de levar a um interlocutor o verbo timbrado da ideologia, significa negar o discurso como arena de confrontação, lugar do polêmico ou da contrapalavra; significa instituir a servidão do parafrástico e rejeitar a alforria do polissêmico; significa sentenciar o *eu* ao enclausuramento ou desaparecimento nos limites *O/outro*; significa, enfim, transfigurar o sujeito que fala em abúlico mensageiro, em autêntico *angelus*, que na sua complexa neutralidade existencial, nada tem de humano e tampouco de divino. O sujeito *assujeitado pela ideologia*, contraponto do sujeito criativo, está destinado a remoer o já dito e predeterminado à vigília e manutenção do já estabelecido; como Jano esfacelado, é um enunciador que não constrói a utopia, por faltar-lhe a visão da infinitude do devir.

Ao ser posto sob permanente jugo do ideológico, o sujeito abjura de tudo o que lhe seria próprio na movência da fala: não se diz ou se desdiz, por ficar prisioneiro do que é citado ou ditado. Entretanto, não se pode emudecer para sempre o indivíduo sob a autoridade do discurso citado ou amordaçá-lo sob o terror ou tirania do discurso ditado, pois o *des/dizer-me* ou o *não/dizer-me*, como a abjuração de Galileu, carregam implícito em suas latências o *me dizer*, a possibilidade de repentina irrupção do *eppur si muove*, incontida e incontível manifestação de liberdade, que trinca a face espelhada da *cidadura* e ditadura verbais, que abre frestas e brechas na superfície da fala, por onde escorrem o inédito, o inaudito, o inusitado. É exatamente pelo imprevisito que o *eu* muitas vezes irrompe no discurso do *outro*: para provocar o riso ou suscitar o rictus, e tantos outros humores, com frequência o falante promove a ruptura de clichês, a fratura de textos repetidos, a desconstrução do dito estereotipado. Verifica-se,

pois, que somente ao emissor com *animus* libertário é dada a prerrogativa de *refletir e refratar* o real, investindo a enunciação de modalidades tímicas, conteúdos apreciativos que humanizam e individualizam os seres que falam. Ao sujeito da enunciação, livre e criativo, bem se ajusta o que emerge em conjecturas autocríticas do próprio Pêcheux (1988: p. 304): é o sujeito que tem a audácia da rebeldia e a intrínseca virtude de *ousar pensar por si mesmo*.

Como todo discurso se adensa de sentidos pelo entremear de intenções e de vozes, torna-se naturalmente espaço do heterogêneo, o que permite analisá-lo de diferentes modos, com distintos critérios e variados fins. Especificamente, pode-se focalizá-lo como lugar de contato do lingüístico com o O/outro (inconsciente/ideologia). Todavia, qualquer tentativa de reduzir, identificar ou subordinar por completo o conteúdo lingüístico ao *id*, ao ideológico ou a ambos, simultaneamente, assume o dogmatismo inerente a todo ato de exclusão de outras possibilidades teóricas e o radicalismo peculiar a toda atitude excludente de outras possibilidades hermenêuticas. A idéia de que o conteúdo lingüístico é determinado e absorvido pelo ideológico está justamente na raiz da afirmação, endossada por Fiorin (1988: p. 42), de que o *discurso é uma trapaça* porque *simula ser meu para dissimular que é do outro, i.e. finge que é individual para ocultar que é social*. Trata-se, porém, de afirmação que merece reparos: o discurso apenas acumula e mistura a voz do eu com a do outro. Por isso, não é em si uma trapaça; apenas serve a *trapaçarias*, quando serve, v.g., para abrigar enganos do próprio interlocutor ou para gaguejar mentiras, convencer pelo sofisma, lograr o próximo, esconder a pessoa sob *personae* sociais, fabular o verossímil, engendrar, enfim, todas as ilusões do real. Nestes casos, mais do que trapaças o que se tem são tropeços (faltas, *lapsus linguae*) e trespasses (inovações, *poiesis*) no traçado da enunciação e no tracejado da interpretação. Estas trapaçarias, que se fazem de tropeços e trespasses, não passam de reflexos do que na prosa inquietante e heteronímica de Fernando Pessoa (1999: p. 114) aparece na síntese de duas palavras – *Sou-me* – enunciado existencial que ludibria o patrulhamento da gramática normativa e livra o verbo das grades sintáticas do intransitivo, para exprimir, além do *sou* e do *sou eu*, uma individualidade que *a si mesma se dirige e forma, que exerce junto de si a mesma função divina de se criar* e que ostenta a condição humana de se enganar. Caracteriza-se, assim, o *eu* que se equivoca, que modifica e se modifica: sujeito que risca a própria história e se arrisca na alteração do riscado da História que o assujeita.

Retornando a Saussure, releva notar que a sua concepção do fato social tem como conseqüência inevitável a efetiva separação entre *parole* e *langue*, que passam a existir na realidade como duas coisas autônomas: uma situada no indivíduo; a outra, num ente supraindividual, denominado *conscience collective* (expressão e conteúdo que Saussure foi buscar na obra de Durkheim). Tal forma de interpretação motivou Saussure a definir a linguagem como mera soma da língua e do discurso, levando-o, *a fortiori*, a considerar a *langue* como *le langage*

moins la parole (CLG: p. 112). Este ponto de vista, todavia, não fica imune a sérias objeções, pois no mundo real só existe o falar concreto dos indivíduos, a partir do qual se chega por abstração à língua. Cumpre, portanto, insistir que a língua somente existe de per si enquanto construção noética, enquanto *ens rationis cum fundamentum in re*. Daí ser legítimo afirmar que o gênio de Saussure, ao enveredar pela trilha do sociologismo durkheimiano, resvalou lamentavelmente no equívoco de hipostasiar a *langue*, promovendo, pois, a reificação de uma entidade que a rigor só tem existência autônoma como objeto formalizado.

Ao separar de fato o social do individual, Saussure também separou efetivamente o sistema virtual (*langue*) da realização do sistema (*parole*), separando de igual modo a forma (*langue*) da matéria (*parole*). Assim, um equívoco inicial deu origem a dois outros procedimentos equivocados. Com efeito, não se pode admitir que a virtualidade e a atualização verbais se encontrem em duas coisas realmente diversas, pois não passam de modos distintos de considerar a mesma coisa: a linguagem enquanto atividade. Ademais, conceber a forma (*langue*) como algo separado da substância ou matéria em que se manifesta (*parole*) é simplesmente contraditório, posto que nos seres reais o mórfico é por definição imanente ao hilético. Como co-princípios constitutivos de todas as coisas existentes, entre as quais a linguagem, a forma e a matéria admitem logicamente uma *distinctio rationis*, mas jamais se encontram isoladas no plano da realidade.

Sustentado pelas idéias de Saussure, ganhou relevo entre muitos estruturalistas o princípio de que a *parole* e a *langue* são, respectivamente, pura matéria e forma pura. Admitir, porém, que a *parole* é mera substância implica estar diante de alguma coisa incognoscível, pois é pelo mórfico que o hilético adquire existência determinada e se torna algo inteligível (*forma dat esse rei*). Por outro lado, considerar a *langue* como forma pura implica transportá-la para a esfera dos objetos metafísicos ou para o domínio dos objetos matemáticos (*forma pura* no sentido de algo independente de quaisquer qualidades sensíveis).

A distinção entre forma e matéria alimentou a hipótese de que a *langue* é um sistema de puros valores, equiparável aos objetos matemáticos. Esta hipótese, que várias passagens do texto saussuriano claramente favorecem, encontrou plena acolhida no pensamento de Hjelmslev (1961; p. 1972), refletindo-se, através deste, na configuração da semiótica greimasiana. Corolário de tal pressuposto é a idéia de que o significado (plano do conteúdo) é uma espécie de forma autônoma, sujeita a múltiplas materializações, *i.e.*, suscetível de projetar-se ou manifestar-se em significantes (plano da expressão) sensivelmente diversos (fônico, gráfico, etc.). Assim, em Fiorin, autor ligado ao pensamento greimasiano, o termo *discurso* subsume a seguinte ambivalência: 1) *O discurso é atualização de uma competência discursiva do falante, isto é, a capacidade de estruturar discursos.* (1988: p 80); 2) *O discurso é uma unidade do plano do*

conteúdo, é o nível do percurso gerativo de sentido, em que formas narrativas abstratas são revestidas por elementos concretos. Quando um discurso é manifestado por um plano de expressão qualquer, temos o texto. (1989: p. 31). Descartada a primeira definição, pela inerente circularidade lógica, a segunda indicia um esforço metodológico para caracterizar o discurso como forma de significado independente da matéria significante. Sucede, porém, que todo objeto semiótico, enquanto algo que se constrói e de que se dispõe no espaço da *empeiria*, mantém entre conteúdo e expressão uma necessária relação de reciprocidade, de tal modo que, distinguíveis pela inteligência, são inseparáveis no plano da realidade. Para usar imagem do próprio Saussure, são como anverso e reverso de uma folha de papel. Por isso mesmo, toda e qualquer língua, concebida como modalidade histórica de atividade semiológica, não é simples estrutura semântica divorciada ou divorciável, na dimensão do real, da substância em que se manifesta. Conforme revelam o senso comum e o discurso da razão, a língua é objeto empírico-cultural: é materialidade à qual se adjuge inextricavelmente uma forma que a organiza, criada pelo trabalho racional do homem enquanto ser social. Considerá-la, portanto, como forma pura é uma contradição *in adjecto*; reduzi-la a forma pura é simplesmente ignorar-lhe a constituição eidética.

Considerando Saussure o mais eminente representante do *objetivismo abstrato*, Bakhtin afirma que neste domínio o linguista *cria a ficção de um recorte único da realidade, isto é, a ficção da palavra como decalque da realidade* (1979: p. 106-7). Trata-se, todavia, de uma afirmação sujeita a ressalvas, pois é bem sabido que para Saussure o princípio da arbitrariedade possibilita que as substâncias fônica e conceptual sejam funcionalmente articuladas de modos diversos nas diversas línguas. Daí a sua opinião (*CLG*: p. 34, 97, 155-6, 161) de que *les langues* não decalcam o real, não se reduzem a uma nomenclatura, não carregam em diferentes configurações fônicas as mesmas idéias, previamente dadas; constituem, ao contrário, formas distintas de reticular e estruturar o *continuum* do universo, por força do jogo de oposições entre os *signifiés*. Neste ponto as elucubrações saussurianas redescobrem o *logos* grego como expressão de um vínculo indissolúvel entre linguagem e pensamento organizado; acolhem o postulado do relativismo gnosiológico, que proclama a impossibilidade de se conhecer qualquer coisa em si, independentemente da vinculação com outras coisas; orientam-se para o relativismo cultural, a que se ligam trabalhos de Humboldt, F. Boas, Sapir e Whorf; colocam-se no meio de antiga polêmica, que até hoje se arrasta, sobre as virtualidades de significar e de designar atribuídas à palavra.

Da complexa tessitura do *Cours*, ainda se depreende que a diferença entre língua e discurso está vinculada às seguintes distinções:

- d) relações *in praesentia* (sintagmáticas) x relações *in absentia* (associativas);
- e) estático (sincronia) x dinâmico (diacronia);

- f) gramática x fonologia e fonética;
- g) unicidade imanente x pluralidade de manifestação.

Na esfera *du langage*, Saussure observa que se instauram entre as unidades duas ordens de agrupamento ou dois tipos de *rappports*: relações sintagmáticas e relações associativas. Tendo como referência a grandeza unidimensional do tempo, que pela sua natureza acústica a face significante do signo pressupõe (princípio da linearidade), Saussure considera o agrupamento sintagmático como uma combinação de unidades seqüenciais, que contraem entre si vínculos de dependência. Fora da extensão temporal, as unidades se agrupam na memória por múltiplas *relações associativas* (paradigmáticas, taxionômicas). Tais associações entrelaçam de vários modos as *entités* depositadas no cérebro de cada um dos membros de uma comunidade, estruturam uma espécie de *trésor intérieur*, série mnemônica que compreende: a) unidades elementares, irredutíveis; b) combinações cristalizadas de unidades (sintagmas fixos, termos complexos já feitos e repetidos por tradição).

Para Saussure, a *langue* é inquestionavelmente um sistema organizado por relações associativas. Todavia, não se mostra seguro quanto ao lugar das relações sintagmáticas. Embora admita que também fazem parte da língua modelos ou padrões de regularidade combinatória (*types syntagmatiques*), segundo os quais se atualizam unidades de existência virtual, Saussure afirma que a frase, *tipo por excelência de sintagma*, pertence à *parole*, desde que resulte da liberdade individual de fazer combinações. Tal situação o levou a reconhecer que no domínio sintagmático *não há um limite claro entre fato da língua, testemunho do uso coletivo, e fato do discurso, que depende da liberdade individual* (CLG: p. 173). Levando em conta a distinção entre concepção *lexicalista* e concepção *operacional* da língua, é evidente que Saussure se inclina para a primeira, em detrimento da segunda.

Na tentativa de desfazer as hesitações de Saussure sobre o espaço apropriado das relações sintagmáticas e de concomitantemente reformular os conceitos de *langue* e *parole*, Hjelmslev (1961; p. 1972) tomou, no âmbito da glossemática, a seguinte decisão teórica e metodológica: todo sistema semiótico (língua) é uma paradigmática, *i.e.*, uma rede de funções entre termos alternativos; todo processo semiótico (discurso, texto) é uma sintagmática, *i.e.*, uma rede de funções entre termos co-ocorrentes. Considerando, porém, que a língua está contida na fala, de tal modo que toda ação de falar é ao mesmo tempo *Sprechenakt* e *Sprachakt* (Coseriu, 1967: p. 57), melhor decisão será descrever a língua como um conjunto de unidades que se organizam paradigmaticamente e um conjunto de procedimentos sintagmáticos, que presidem tanto as combinações que já estão feitas e memorizadas, quanto as que são factíveis, isto é, as combinações semiológicas que se constroem *ex novo* em cada ato concreto de falar. Deste modo, configura-se a língua não só como um sistema de unidades, mas também de operações ou procedimentos, suscetíveis de redução a regras

no domínio metalingüístico.

Costuma-se atribuir a Saussure o mérito de ter forjado, definido e introduzido no âmbito da lingüística os termos que formam a dualidade *synchronie / diachronie*. Ainda que seja discutível o pioneirismo do feito, é incontestável que tal dicotomia exerceu grande influência e obteve ampla aceitação entre os estudiosos modernos. Entretanto, trata-se de uma distinção que apresenta no *Cours* uma formulação incoerente, uma base inadequada de sustentação, o que já foi apontado e discutido em metuculoso trabalho realizado por E. Coseriu (1973).

Segundo Saussure, uma vez efetuada a separação entre *langue* e *parole*, a lingüística chega a uma segunda e importante bifurcação, que justamente corresponde à oposição entre sincronia e diacronia. A lingüística sincrônica (idiosincrônica, estática) focaliza os *états de langue*. Cada estado de língua, que por definição se identifica com *une langue*, é um sistema imutável de puros valores (jogo de relações entre significantes e significados). A tal sistema, e também ao seu estudo, é que Saussure especificamente atribui o nome de *grammaire*. Como ele próprio afirma (CLG: 185), *qui dit grammatical dit synchronique et significatif*.

A imutabilidade atribuída ao sistema da língua está ligada a dois pressupostos teóricos e a um princípio metodológico (CLG: p. 121-27; 138-9). No plano teórico, supõe-se o seguinte: a) a língua não é um sistema semovente, pois não traz em si os germes da sua alteração; b) a língua não tem movimento imanente por ser um sistema fechado, um sistema que se apresenta a cada momento como algo precisamente determinado. No plano metodológico, reduz-se a *langue* a uma simples projeção estática (língua abstraída e imobilizada), ignorando-se a realidade dinâmica do corpo projetado (língua no seu modo concreto de existência).

Por conceber a língua como sistema de per si imóvel e fechado (algo em equilíbrio perfeito), Saussure foi naturalmente levado a defender o ponto de vista de que as mudanças têm origem na *parole*, sendo responsáveis pela deterioração ou perturbação do organismo gramatical. Além disso, por ser reduzida a uma projeção estática, correspondente a uma rede de puros valores (forma pura), a *langue* se torna um ser fora do tempo, despojando-se de toda historicidade.

Segundo Saussure, a lingüística diacrônica (evolutiva, cinemática, histórica) focaliza as modificações que ocorrem entre estados de língua. Na opinião dele, trata-se de alterações assistemáticas, involuntárias e de natureza eminentemente fonética.

As transformações que se comprovam entre *états* podem ser consideradas assistemáticas principalmente por dois motivos: a) são exteriores ao sistema da língua; b) têm caráter atomístico. A exterioridade da mudança é explicada da seguinte maneira: o que se altera é sobretudo a substância fônica das palavras;

ora, como a substância não faz parte da *langue*, mas sim da fala, toda alteração observada no sistema terá sempre origem ou motivação externa (isto é, algumas inovações introduzidas na fala *repercutem* na língua, fazendo-a mudar). Acresce que as transformações iniciadas no âmbito da *parole* são de caráter atomístico, pois só atingem, de acordo com Saussure (CLG: p. 121 e 134), elementos isolados dentro da língua, sendo que os termos novos e os termos substituídos não formam sistema entre si.

A não intencionalidade das modificações lingüísticas tem no pensamento saussuriano uma formulação muito simples: a *langue* é em si mesma imóvel, e o falante não tem o propósito de modificá-la. Como o próprio Saussure afirma, as mudanças que a língua sofre não são premeditadas: *c'est spontanément et fortuitement que ces pièces à elle se déplacent – ou plutôt se modifient* (CLG: p. 127).

Por fim, cabe acentuar que Saussure praticamente reduz os fenômenos diacrônicos aos processos de substituição fonética. Trata-se, portanto, de fenômenos peculiares ao plano da substância lingüística (*parole*). Como na perspectiva saussuriana a língua carece intrinsecamente de dinamicidade, confere-se à evolução dos sons uma força cega em permanente luta contra a organização e estabilidade do sistema gramatical (CLG: p. 36-7, 127, 194 e 209).

A análise da distinção entre sincronia e diacronia exige, antes de tudo, lembrar que Saussure exclui a matéria fônica do âmbito da língua, colocando-a inteiramente no domínio da *parole*. Em conseqüência, o estudo da produção e percepção dos sons, bem como a descrição das unidades sonoras relativas a um estado de língua são tarefas atribuídas a uma disciplina que se considera independente da gramática: a fonologia. Contraditoriamente, porém, o mestre genebrino situa a fonética (estudo da evolução dos sons) no plano de investigação da *langue*, em vez de tratá-la, conforme o faz com a fonologia, como mera disciplina ancilar da *lingüística da língua* (CLG: p. 36-7, 56, 139 e 194). A esta contradição soma-se outra, o que torna o panorama observado ainda mais confuso e obscuro. Com efeito, Saussure afirma que as alterações fônicas são exteriores ao sistema porque ocorrem de fato na *parole*, só atingindo de modo indireto e acidental o conjunto das relações gramaticais (CLG: p. 36-7, 121 e 138). Ora, como as modificações sônicas não são inerentes ao sistema, perde o sentido incluir a fonética no campo de estudo diacrônico da *langue*, pois, por questão de coerência, tal estudo deveria focalizar tão-somente as alterações que dentro do organismo gramatical provocam reordenação das conexões entre significantes e significados.

Acompanhando as várias etapas em que se desdobra o pensamento de Saussure, nota-se que de início ele colocou na esfera da lingüística diacrônica, junto com as mudanças fonéticas, inovações gramaticais ligadas aos fenômenos de criação analógica, etimologia popular e aglutinação. Em seguida reconheceu que em muitos casos de tais inovações o fator sincrônico não se distin-

gue bem do fator diacrônico. Daí ter preferido, em última análise, excluir do campo diacrônico a criação analógica, pois esta não se coaduna com a sua idéia de mudança (substituição de um elemento por outro), mas é compatível com a concepção da língua como sistema de determinadas possibilidades funcionais: o que se forma por analogia *existe déjà en puissance dans la langue* (CLG: p. 227).

Ao fim e ao cabo, verifica-se que há na construção teórica de Saussure forte tendência para estabelecer as seguintes correlações: 1) *langue* > sincronia > gramática; 2) *parole* > diacronia > fonética. Em seu esforço para identificar o sincrônico ao gramatical e o diacrônico ao fonético, Saussure mostrou que muitas mudanças supostamente gramaticais são, a rigor, mudanças que se processam no plano fônico. Admitiu, contudo, que uma vez eliminadas as alterações puramente sonoras ainda fica alguma coisa que parece justificar uma *história da gramática*. Isto o levou a declarar que é difícil manter uma separação absoluta entre análises sincrônica e diacrônica quando se abandona o campo específico da fonética (CLG: 194-7). Conseqüentemente, ao tentar reduzir a mudança lingüística à evolução dos sons, Saussure acabou por transformar a dualidade sincronia / diacronia numa distinção pouco satisfatória e não muito clara, criando em seu próprio espírito um problema que deixou sem adequada solução.

A articulação *um x múltiplo*, que aqui se põe como objeto final de comentário, constitui no *Cours* um início de classificação. Sob este aspecto, Saussure não faz mais que resgatar o postulado lógico e ontológico de que a pluralidade implica e tem como origem de conhecimento a noção de unidade. Conforme ensina Aristóteles (*Metafísica*, 1016b), o *um* é o princípio do número, a primeira medida, o começo do cognoscível em qualquer operação classificatória. Assim, como *un principe de classification* (CLG: p. 25), Saussure depreende, no corpo denso e multifacetado da linguagem, uma entidade unitária: a *langue*. Esta, por sua vez, se apresenta em relação à heterogeneidade da *parole* como uma rede de valores, entidades também unitárias que se comprovam nas dimensões do significante e do significado. Observe-se ainda que Saussure vê a língua como *um* sistema, *o mais importante*, que se destaca do conjunto de todos os objetos semiológicos; é também *uma* instituição social que se distingue de todas as outras instituições humanas pelo caráter arbitrário do signo (CLG: 33, 110).

Em decorrência, portanto, da oposição *um x múltiplo*, centro axial em torno do qual gravitam conjugados binários do tipo imanência/manifestação, estável/ instável, mesmo/outro, valor/(equi)valências, função/funcionamento, pode-se afirmar que Saussure considera o ato de fala o lugar de substâncias sempre renovadas que se identificam por formas imanentes e unitárias, constitutivas da *langue* como sistema de valores virtualmente existente no cérebro de cada interlocutor. É de notar que Saussure claramente estabelece distinção entre significado e significação (CLG: p. 150-1 e 158). Os significados (valo-

res semânticos) correspondem a invariantes funcionais, que se delimitam reciprocamente no sistema da língua com base no princípio da oposição. As significações ou sentidos correspondem a variáveis que manifestam na fala as invariantes funcionais subjacentes. Saussure, porém, deixou em aberto a questão dos possíveis fatores contextuais que condicionam ou determinam a variação dos sentidos.

A distinção centrada na unicidade da *langue* e pluralidade da *parole* está no cerne das distinções e (re)formulações efetuadas por Bakhtin (*significação / tema*), Hjelmslev (*sistema / processo*), Eugenio Coseriu (*sistema / norma / fala*), Benveniste (*modo semiótico / modo semântico*), Pêcheux (*base lingüística / processo discursivo; estrutura / acontecimento*) e Chomsky (*competência / desempenho*). Estes pensadores, que aqui se destacam pela propriedade de argumentação, implicações metodológicas ou repercussão acadêmica dos seus trabalhos, fazem explícita referência às informações contidas na escritura do *Cours*. Além disso, atestam a importância das cogitações de Saussure para os estudos lingüísticos que se irradiam nesta dobra do século em indefinidas direções. Afinal, as idéias de um autor se tornam relevantes não apenas pelo que ele diz, mas sobretudo pelo que faz os outros dizerem.

Notas

1 - A propósito do retorno a Saussure, são sintomáticos os seguintes títulos de livros, artigos e conferências: C. Milner, *Retour à Saussure* (1994); Paul Thibault, *Re-reading Saussure. The dynamics of signs in social life* (1997); Jean-Claude Chevalier, *De nouveau Saussure* (1997); C. Stetter, *Am Ende des Chomsky-Paradigmas : zurück zu Saussure?* (1999); S. Bouquet, *La linguistique générale de Ferdinand de Saussure : textes et retour aux textes* (1999).

2 - Neste artigo, utilizou-se como fonte de citações a edição crítica do *Cours de linguistique générale*, abreviadamente *CLG*, preparada por Tullio de Mauro (v. bibliografia).

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

COSERIU, E. *Teoria del language y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1967.

———. *Sincronía, diacronía e historia*. Madrid: Gredos, 1973.

DOROSZEWSKI, W. "Quelques remarques sur les rapports de la sociologie et de la linguistique": Durkheim et Saussure. *Journal de Psychologie*. Paris, 30: 82-91, 1933.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: CEN, 1960.

FIORIN, J.L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

————— *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.

GODEL, R. *Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. de Saussure*. Genève: Droz, 1957.

HJELMSLEV, L. *Prolegomena to a theory of language*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1961.

————— *Ensayos lingüísticos*. Madrid: Gredos, 1972.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1926.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1972.

SCHOTT-BOURGET, V. *Approches de la linguistique*. Paris: Nathan, 1994.